



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas

OBSERVATÓRIO INTERDISCIPLINAR DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS 2021 - 2022

Pesquisa, Formação e Incidência

Ana Paula Tostes
Carlos R. S. Milani
Elza Neffa
José Maurício Domingues
Mário Soares

CADERNOS DO OIMC
nº 01/2021

ISSN: 2764-1120





Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas

SUMÁRIO

Introdução

Página 01

Os conceitos-chave da agenda do OIMC

Página 01

Linhas de ação e atividades para 2021-2022

Página 07

Características básicas da governança do OIMC

Página 09

Referências e bibliografia inicial

Página 10

Sobre os autores

Página 12



Introdução

O Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC), criado oficialmente em 2 de outubro de 2020 no seio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tem por objetivo principal conceber e desenvolver atividades de pesquisa, formação e incidência social e política no campo das mudanças climáticas. Na academia brasileira ainda são raros os grupos de pesquisa e ação que buscam compreender as mudanças climáticas em profundidade, criticamente e no longo prazo, a partir das relações entre sociedade e natureza, política e ciência, economia e modelos de desenvolvimento, negociações internacionais e políticas públicas. Ainda mais escassas são as iniciativas interdisciplinares que procuram desenvolver estudos sistemáticos e empíricos, reflexões e debates associando Ciências Sociais, Humanidades e Ciências da Natureza, a fim de analisar as tensões entre interesses públicos e privados, governamentais e não estatais, nacionais, regionais e globais, na definição de mecanismos de regulação (política, social e de mercado) que respondam efetivamente aos desafios das mudanças climáticas planetárias. Diante disso, a criação do OIMC visa a preencher essa lacuna em torno de três tipos de atividades, a saber: pesquisa, formação e incidência social e política.

O contexto atual, nos planos nacional e internacional, é bastante peculiar no que diz respeito a qualquer iniciativa de natureza acadêmica no campo das mudanças climáticas que vise a incidir social e politicamente na luta em prol do clima. Em qualquer setor são sempre complexos os vínculos entre a pesquisa, a produção de conhecimentos e a formulação de políticas públicas. As fronteiras entre o que é científico e o que é político são constantemente disputadas. Sabe-se que, mais do que falar a verdade ao poder, a ciência é coproduzida entre política, mundo científico e sociedade. Isso não é diferente no campo das mudanças climáticas, onde são muitas as complexidades e as necessidades envolvendo, entre

outros, a concepção de metodologias de mapeamento de vulnerabilidades, interesses e conflitos entre os mais diversos atores, a produção de evidências empíricas destinadas a tomadores de decisão e a avaliação de resultados de políticas públicas, do local ao global. Ademais, diante do crescimento vertiginoso das redes transnacionais de negacionismo e obstructionismo climático, é fundamental engajar diálogos com atores sociais e políticos para incidir nessa agenda pública das mais importantes do século XXI.

Os conceitos-chave da agenda do OIMC

A questão das mudanças climáticas tem implicado repensar uma série de conceitos que organizam o campo semântico e político da discussão sobre as mudanças globais. Do ponto de vista do que seriam suas perspectivas teórico-metodológicas, há alguns conceitos que podem servir como ponte entre as ciências da natureza e as ciências sociais, até mesmo as humanidades, de modo geral. Esses conceitos são polissêmicos e não se busca mapear, neste documento, todos os seus significados na enorme literatura que os utiliza. Não apenas as mudanças climáticas, mas a discussão sobre risco, ameaças e desastres, análise econômica dos riscos, gestão e securitização dos riscos (por exemplo, via apólices de seguro, risco político ou ainda no setor da saúde), entre outras áreas, vem mobilizando esses conceitos há algumas décadas. Observa-se ainda que, para os objetivos deste documento, os conceitos de “sociedade” e “natureza” são usados de maneira convencional, embora requeiram ambos, para serem bem tratados, uma análise muito mais aprofundada.

Como se relacionam os conceitos de perigo potencial (*hazard*), vulnerabilidade (*vulnerability*), dano (*harm*), risco (*risk*), ameaça (*threat*) e resiliência (*resilience*)? Como esses conceitos interagem com o princípio da incerteza e a concepção de conflito socioambiental? Muitos desses termos são usados em

inglês e, de modo geral, facilmente traduzidos para o português, salvo *hazard*, cuja tradução chama nossa atenção imediatamente.

Podemos definir um perigo potencial – um *hazard* – como um fenômeno qualquer potencialmente capaz de produzir danos à espécie humana, à natureza e a todas as formas não humanas de vida. Nesse sentido, um perigo potencial pode ter, e com frequência tem, características materiais e, inclusive, naturais. Um raio ou uma avalanche aí se enquadram e, de resto, é assim que as análises da área de desastres utilizam esse conceito. Porém, um perigo potencial pode derivar também de uma intervenção da sociedade sobre a natureza, na medida em que esta é modelada em parte pela ação humana e pelos modelos de desenvolvimento concebidos e implementados ao longo da história. O desabamento de encostas não é apenas produzido por fenômenos naturais, a ação humana (desflorestamento, construções irregulares e precárias, pressão imobiliária etc.) pode ser uma variável-chave de um perigo potencial. Nesse sentido, quando falamos de mudanças climáticas, dificilmente é possível separar uma coisa da outra, ou seja, a ação da natureza e a ação humana, na medida em que reconhecemos entre seus mecanismos causais elementos naturais, antropogênicos e sistêmicos (do capitalismo). Enfim, um perigo potencial pode ser pensado com cunho eminentemente social-humano-econômico, ainda que jamais dispensando, como qualquer coisa na vida social, um elemento material da natureza.

De todo modo, o que é um perigo potencial em certa circunstância social – ou mesmo natural – pode não ser em outra ou ser muito minimizado. Isso depende da vulnerabilidade do sistema, dos indivíduos e dos grupos sociais que se expõem ao perigo potencial. Basta, para utilizar um exemplo simples, assinalar a existência ou a ausência de um para-raios em uma tempestade de raios, o que protegeria ou não a população em uma determinada área. Nessa perspectiva, é preciso reconstruir a cadeia

de causalidade, ou seja, as razões pelas quais um perigo potencial se apresenta. Politicamente, a causalidade (e até onde se vai na busca da causalidade na história social do ponto de vista metodológico) é o que pode unir esses termos.

Vulnerabilidade, por outro lado, advém, na definição aqui proposta, da necessidade de considerarmos três elementos: suscetibilidade, sensibilidade e resiliência. Como afirma o Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas, a vulnerabilidade seria “a propensão ou predisposição a ser adversamente afetado. A vulnerabilidade abrange uma variedade de conceitos e elementos incluindo sensibilidade ou suscetibilidade a danos e falta de capacidade de lidar e se adaptar” (IPCC, 2018). O exemplo acima serve para ilustrar a definição: uma vez que haja um para-raios, essa comunidade (e inclusive as árvores e os animais existentes no mesmo local) estará muito menos vulnerável a esse perigo potencial, qual seja o de ser atingida por um raio no curso de uma tempestade. No entanto, é preciso perguntar quem é vulnerável, como isso ocorre, sem esquecer, por outro lado, o que sói ser o caso, por que há essa vulnerabilidade? Ou seja, deve-se indagar a respeito das causas, determinações e condicionantes mais imediatas ou mais profundas dessa vulnerabilidade. No exemplo em tela, podemos dizer que a vulnerabilidade aumenta ou diminui na medida em que há esse conhecimento, técnico-científico ou derivado direta e exclusivamente da experiência, do efeito de um para-raios como perigo potencial de destruição ou morte. De quais recursos se dispõe para instalar esse para-raios é outra questão. Como esses recursos se produzem e se distribuem refere-se ainda a outra questão. E, assim por diante. Pode-se dizer que a vulnerabilidade não é um dado imanente, mas é, em larga medida, uma construção social – de novo, sem jamais se prescindir de elementos materiais para sua conceituação. Como pensar vulnerabilidade sem pensar nessas determinações que estão além da aparência do fenômeno? Vulnerabilidade implicaria,

portanto, pensar no neologismo “vulnerabilização”, ou seja, analisar como e por que são geradas as distintas formas de vulnerabilidade nos mais diversos contextos. Saber quem é vulnerável é relativamente simples, perguntar-se como e por que se tornou vulnerável nos leva a uma discussão política que muitos nem querem iniciar, mas que metodológica e substantivamente é crucial para podermos situar conceitualmente e tratar politicamente as vulnerabilidades em relação às mudanças climáticas.

Assim, vulnerabilidade tem como um de seus componentes a suscetibilidade a danos decorrentes da exposição a estresses associados a mudanças ambientais e sociais e à ausência (relativa) de capacidade de adaptação. A capacidade de adaptação é também chamada de resiliência. Haveria, portanto, três dimensões que compõem a vulnerabilidade: a exposição (física), a sensibilidade (social, individual, do agente) e a resiliência. Resiliência é um conceito que apareceu nas engenharias para definir a capacidade de resposta a um estressor – implica entender como sistemas com grau variável de vulnerabilidade respondem a um impacto qualquer. Isto é, se resistem produzindo maiores ou menores danos, retornando mais ou menos rapidamente a seu estado anterior – se é que o fazem – ou até mesmo melhorando sua *performance*. Convém, porém, no que diz respeito às dimensões sociais, assumir a resiliência como uma construção social, condicionada por relações de poder, nível de conhecimento, vontade política e daí por diante. No caso dos ecossistemas, a resiliência do sistema natural a determinado agente é uma propriedade, em princípio, inerente ao sistema, podendo ser alterada por ações humanas.

O conceito de vulnerabilidade tem sido uma ferramenta analítica importante para compreender danos, impotência e marginalidade dos sistemas físicos e sociais, mas, também, para orientar a análise normativa de ações, a fim de melhorar o bem-estar por meio da redução dos riscos. Ademais, sendo a

vulnerabilidade um fenômeno físico, econômico e social, ela se torna essencial nos debates sobre justiça ambiental e climática, bem como na definição de critérios adotados por políticas públicas locais, nacionais e internacionais.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a vulnerabilidade é o grau segundo o qual um sistema natural ou social é suscetível a, e incapaz de lidar com, efeitos adversos das mudanças climáticas, incluindo a variabilidade climática e eventos extremos. No entanto, não basta definir e mapear as vulnerabilidades nos diferentes contextos. É necessário buscar entender como e por que as pessoas, os grupos, as comunidades, as nações se tornam vulneráveis, ao longo do tempo. Não basta dizer que os pobres são mais vulneráveis ou afirmar que aqueles com menos capacidades são mais vulneráveis. Como se tornaram pobres? Por que as capacidades estão faltando? Como os mais vulneráveis influenciam a economia política que formata seus recursos e as políticas de proteção social? A vulnerabilidade é produzida nas e pelas sociedades. As condições da precariedade antecedem a vulnerabilidade dos indivíduos, grupos e comunidades, e são as causas sociais da precariedade (e suas múltiplas camadas de relações econômicas, sociais e políticas) que expõem e sensibilizam as pessoas aos perigos inevitáveis ou potenciais (*hazards*). As causas sociais da precariedade expõem pessoas e grupos à insegurança. Portanto, não basta dizer quem é vulnerável e definir indicadores; é essencial focar no porquê e nas hipóteses possíveis de interpretação ou de explicação da vulnerabilidade. Isso seria a base para estudar e definir as responsabilidades, afinal, não há desastres climáticos sem “vulnerabilização” de indivíduos e grupos que vivem em espaços determinados. Por isso, a vulnerabilidade não pode ser diretamente relacionada ao perigo potencial sem passar, necessariamente, pela mediação das causas sociais e físicas que podem ser distintas, mas que sempre interagem. Ou seja, é necessário pensar a vulnerabilidade na interação entre

o biofísico e o social.

Risco pode ser definido como o entrecruzamento do perigo potencial com uma vulnerabilidade que se pode, precisa ou vagamente, calcular. Sabe-se que, em uma dada região, há uma chance de a tempestade de raios ocorrer. Ou seja, qual risco se corre de ser vitimado por um raio aleatório? Esse risco aumenta ou diminui à medida que para-raios são construídos, ou seja, depende do grau de vulnerabilidade que uma comunidade qualquer apresentar. Um risco pode ser pensado como derivando de causas meramente naturais, pode ser, outrossim, derivado de uma construção social, material e imaterial. Antes que o conceito de antropoceno se estabelecesse, poder-se-ia supor que uma tempestade nada devia à ação humana. Hoje, essa afirmação é discutível e pode tornar-se ainda mais complexa. Enquanto “evento extremo”, uma tempestade pode ser influenciada, em sua magnitude, pela ação humana de longo prazo, gerando novos problemas, situações e um aumento da vulnerabilidade de certos sistemas sociais e naturais.

Por seu turno, podemos definir ameaça como um risco que se torna realidade concreta. Em sua realidade concreta aquele perigo se potencializa e causa danos mais ou menos profundos. Estes são mais ou menos profundos em função do grau de vulnerabilidade que um sistema qualquer venha a evidenciar. Se tempestades se tornam comuns e mais brutais, uma ameaça se concretiza, produzindo maior ou menor dano, dependendo da vulnerabilidade do sistema, ou seja, dependendo, por exemplo, da capacidade de produção e instalação de para-raios em uma área determinada.

Dano (*harm*) é um prejuízo físico, mental ou moral geralmente infligido intencionalmente. No direito, a intencionalidade é importante para se pensar medidas de reparação ou de compensação do dano causado. O tema da intencionalidade torna-se mais complexo quando se trata de dano social e de dano ambiental. O dano social (violência, criminalidade, fal-

ta de oportunidades etc.), por exemplo, seria causado por quais agentes? Que mediações devem ser estabelecidas, nesse caso? O dano ambiental, no direito ambiental, é definido como qualquer efeito adverso sobre um valor ambiental (uma floresta, um lago, uma espécie, um ecossistema etc.) mas, também, como uma interferência em um valor ambiental que gere prejuízos aos humanos, a exemplo das poluições sonora, químicas, dos rios etc. Também na definição de dano pode-se perceber como é fundamental atentar para a construção das múltiplas causas, determinações e condicionantes, a fim de definir e analisar a intencionalidade dos agentes (naturais, humanos e sociais, individuais e sistêmicos).

Outros conceitos fundamentais do vasto campo de estudo e políticas públicas em relação à mudança climática não podem senão conectar-se a estes aparentemente mais técnicos e pretensamente isentos. Esse é o caso do princípio da precaução, do princípio da reponsabilidade intergeracional, do princípio poluidor-pagador, do princípio da reciprocidade, bem como dos conceitos de mitigação e de adaptação. Todavia, é mister tratá-los de um ponto de vista crítico, politizando-os, reconhecendo seu enraizamento na economia política, no jogo dos sistemas políticos e nas opções sociais e civilizatórias que fazemos. Nenhum deles é neutro em sua formulação e aplicação. Um desafio que nos é colocado aqui é a construção de um léxico interdisciplinar para incidir nas políticas públicas em diferentes campos e setores. A construção do glossário online e bilíngue no âmbito do OIMC (<http://obsinterclima.eco.br/glossario/>) responde, modestamente, a essa demanda.

Finalmente, parece-nos essencial questionar como todos esses conceitos interagem com o princípio da incerteza e a concepção de conflito socioambiental. Alguns autores afirmam que existem dois conceitos de risco que representam tipos ideais, mas que, na prática, tendem frequentemente a se tornar confusos: uma abordagem concebe o risco como um atributo física-

mente dado de tecnologias perigosas, como o desenvolvimento nuclear, cujos fatos objetivos podem ser explicados, previstos e controlados pela ciência; uma segunda abordagem concebe o risco como uma construção social que não existe independentemente dos humanos, que avaliam e experimentam seus efeitos. No primeiro caso, a avaliação de risco seria objetiva, enquanto no segundo, a identificação e estimativa de risco nunca é isenta de valor. É fácil perceber a atratividade tanto do conceito de risco quanto de seu emprego instrumental, uma vez que também há necessidade de previsibilidade e antecipação em condições de incerteza nas relações sociais e nas relações entre o humano e a natureza. No entanto, nossa suposição é que o risco e a incerteza devem ser interpretados como sistematicamente vinculados um ao outro, porque existem diferentes maneiras, para além da racionalidade instrumental, que nos permitem definir os riscos e as incertezas. O risco, entendido como cálculo racional, não pode antecipar todos os efeitos pois é, ao mesmo tempo, real e construído socialmente. Nessa perspectiva, a incerteza, enquanto princípio da teoria quântica, funda-se na incapacidade de se determinar o desfecho de um fenômeno ou processo com precisão, por isso lança mão da probabilidade. Ou seja, com base em dados e experimentos disponíveis, podemos chegar a uma probabilidade, mas não a uma certeza. Na verdade, seria uma “não certeza” que é enfrentada pela probabilidade de que o evento venha a ocorrer.

Por outro lado, com frequência, no âmbito das análises relacionadas às mudanças climáticas, o que se define como “incerteza” se refere ao fenômeno novo, advindo da alteração dos padrões climáticos conhecidos e, portanto, altera as possibilidades de aplicação de probabilidades. A mudança no equilíbrio que definia a probabilidade do evento antes de seu atual estado passa a exigir outro esforço de entendimento para estabelecimento de estimativas de novas probabilidades, como é o caso da incidência de tempestades, por exemplo.

Os conflitos socioambientais, por sua vez,

referem-se a um conjunto complexo de embates inerentes às estruturas da sociedade de dominação e acumulação capitalista, oriundas da política de desenvolvimento hegemônica em curso no Brasil e no mundo que opõem diferentes grupos sociais na luta pela atribuição de distintos usos e significados da natureza, sejam eles materiais ou imateriais/simbólicos. Os elementos e os recursos da natureza, como os demais, são distribuídos desigualmente quanto ao seu uso e fruição, do mesmo modo que os danos causados pelas mudanças climáticas são, eles também, percebidos e materialmente vivenciados de modo desigual nas sociedades.

A ideia concebida por Lenoble de que a natureza não pode ser percebida como uma “natureza em si” mas, somente, dentro de um relativismo que a faz representar-se como “uma abstração (...) que toma sentidos radicalmente diferentes segundo as épocas e os homens” (LENOBLE, 1990, p. 17) pode ser incorporada ao campo das investigações sobre os conflitos socioambientais e inserida na dinâmica da produção do conhecimento científico sobre a questão ambiental que postula: o que, o como, para que e para quem se conhece. Os conflitos socioambientais envolvem diferentes grupos sociais, em função de seus distintos modos de inter-relacionamentos ecossociais, que expressam relações de tensão entre interesses coletivos *versus* interesses privados (acesso público ao litoral *versus* uso exclusivo por grandes indústrias e empreendimentos, por exemplo) e fundamentam o desenvolvimento de espaços públicos e privados (ACSELRAD, 2004), frequentemente, às custas de uma distribuição discriminatória dos riscos ambientais que penaliza os grupos sociais já marginalizados da sociedade.

Como definir, então, esses conflitos? Os conflitos socioambientais são disputas que, inerentes às estruturas de poder em quaisquer sociedades, opõem indivíduos e diferentes grupos sociais que, em condições assimétricas e hierárquicas, lutam pela atribuição de distintos significados e usos às

condições naturais em seus territórios, assim pondo em jogo usos concorrentes de um mesmo ambiente (CARNEIRO, 2005). Segundo Zhouiri, Laschefski e Pereira (2005, p.18), os conflitos eclodem “quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo são estabelecidos em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território para, com isso, assegurar a reprodução social do seu modo de vida”.

Modelos de desenvolvimento, tanto do antigo socialismo real quanto os anteriores e atuais do capitalismo, foram e são reprodutores de injustiças ambientais na medida em que, ao serem implementados, imputaram e seguem gerando riscos e danos às populações mais vulneráveis do território. Embora fragilizados do ponto de vista de sua posição na estrutura das relações de produção e de poder, os grupos sociais vulneráveis (e, portanto, vulnerabilizados) constituem-se em atores dos conflitos socioambientais. Diante da lógica de reprodução social e metabólica do capital, não são apenas vítimas passivas do processo de exclusão do desenvolvimento, mas atores que assumem outras posições no jogo capitalista, desenvolvendo ações de organização, mobilização, sensibilização, argumentação em discursos de legitimação, exercendo pressão sobre os aparelhos de Estado etc. Tais ações “referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (LITTLE, 2006, p. 4). Estes atores defendem outros significados e usos para os territórios de que o capital procura se apropriar via mecanismos econômicos, políticos e ideológicos, seguindo os ditames do jogo concorrencial da acumulação.

Ademais das relações materiais de poder, os conflitos socioambientais também incidem sobre as dimensões simbólicas e subjetivas. Um primeiro nível da dimensão imaterial dos conflitos em matéria de mudanças climáticas diz respeito, por exemplo, à representação social sobre o que elas de fato seriam. Como a noção de clima é muito abstrata, as pessoas,

no senso comum, tendem a pensar no tempo como seu referente mais concreto para dar sentido “objetivo” ao clima: hoje faz sol, amanhã haverá céu azul, ontem choveu, hoje está nublado etc. Uma vez que o tempo muda com frequência, referir-se, na representação social e nas políticas públicas, às “mudanças climáticas” como um problema pode ser percebido no senso comum dos cidadãos como tema altamente paradoxal. Talvez o uso do termo “aquecimento global”, embora cientificamente menos preciso, fosse social e culturalmente mais acessível aos indivíduos e grupos sociais dos mais diversos países e regiões do mundo, com indicadores de aumento, aceleração e redução. Portanto, um dos níveis imateriais dos conflitos entre os que afirmam a existência do problema das mudanças climáticas e os que negam a sua realidade (ou a interpretação de suas múltiplas determinações e condicionantes) concerne exatamente o modo como o problema é percebido, representado e difundido socialmente. Não é por acaso que um dos desafios mais importantes enfrentados pela comunidade epistêmica a favor de políticas públicas pró-clima é justamente a construção de uma narrativa coerente diante da emergência de discursos negacionistas e práticas de protelação de medidas ou de obstrução de mecanismos de regulação.

Ademais, a compreensão dos fatores causadores dos impactos e da extensão dos danos ambientais e climáticos depara-se com a dificuldade de não haver previsões e certezas sobre quais ações e quais políticas públicas devem ser implementadas. Historicamente, a ideia de um risco emergencial e iminente dano à saúde pública representou um importante marco para que houvesse mudança de perspectiva a respeito da certeza científica no campo da prevenção e da precaução. Ações emergenciais de prevenção a danos à saúde pública podem estar conectadas com ações de prevenção a danos ambientais, tal como o conceito de “saúde única” tenta abarcar ao associar a saúde humana à saúde animal e à saúde do meio ambiente. As inter-relações e as interdependências, pensadas no diálogo

interdisciplinar, tendem a propiciar a construção de conceitos e ferramentas que envolvem diferentes tipos de políticas públicas. O OIMC visa, entre outras coisas, a proporcionar reflexões dessa natureza voltadas, ao mesmo tempo, ao mundo do conhecimento, ao das práticas e ao das políticas, do local ao global.

Linhas de ação e atividades para 2021-2022

Para responder aos desafios do contexto atual, o OIMC organiza suas ações em torno de três eixos: pesquisa, formação e incidência social e políticas. As atividades de pesquisa dizem respeito a projetos individuais (disciplinares) e coletivos (interdisciplinares) sobre as determinações sociais, políticas e econômicas inerentes às mudanças climáticas nas mais diversas áreas de políticas públicas e escalas (do local ao global); as de formação incluem disciplinas de graduação e de pós-graduação, cursos de extensão, orientação de estudantes de iniciação científica, mestrado e doutorado; as de incidência incluem diálogos e pontes com lideranças climáticas nacionais e internacionais, bem como concepção e execução de projetos político-pedagógicos.

No seio da Uerj, o projeto ancora o tema das mudanças climáticas como agenda institucional relevante no desenvolvimento de pesquisas e no planejamento da formação (graduação, pós-graduação e extensão), com potencial de transformação das percepções e comportamentos dos indivíduos envolvidos, pesquisadores (jovens e sêniores), professores, estudantes e parceiros. O projeto mobiliza principalmente as gerações mais novas para que conhecimentos se transformem em práticas cotidianas no âmbito da Uerj. Por meio das atividades de incidência (social e política), o projeto visa a contribuir para a construção e o fortalecimento de coalizões pró-luta climática e para a difusão de conhecimento no âmbito das universidades nacionais e das redes da

sociedade civil brasileira. Os dois tipos de incidência (social e política) referem-se a públicos distintos com os quais o OIMC pretende trabalhar: sociedade civil, redes ambientalistas e ativistas (incidência social) e instituições públicas, tomadores de decisão e gestores (incidência política). Os dois campos – social e político – orientam os impactos esperados, de ancorar o tema das mudanças climáticas (MC) como agenda institucional relevante para construir pontes entre pesquisa e desenvolvimento (P&D) e ações concretas visando às transformações sociais estruturais que respondam à pró-luta climática.

No período 2021-2022, as principais atividades a serem implementadas pelo OIMC são as seguintes:

Atividade	Modalidade
Mapoteca e cartografia temática	Pesquisa/Incidência
Base de dados de referências bibliográficas	Pesquisa
Base de dados com pronunciamentos oficiais	Pesquisa
Base de dados de eventos sobre MC	Pesquisa
Glossário	Pesquisa
Levantamento sistemático sobre observatórios e think tanks no Brasil e no mundo	Pesquisa
- “Falas” sobre imagens: pesquisadores e convidados analisam e descrevem o que uma imagem da mapoteca suscita como ideias, conceitos, práticas etc.	Pesquisa/Formação
Material pedagógico sobre MC	Formação/ Incidência
Disciplina na pós-graduação “Mudanças climáticas: sociedade, política e relações internacionais”	Formação
Disciplina na graduação “Meio ambiente e relações internacionais”	Formação
Disciplina na pós-graduação “Negacionismo climático”	Formação
Disciplina no Virtual Exchange Programme da UERJ: “Política, meio ambiente e mudanças climáticas na América Latina” (em parceria com UNSAM/Argentina)	Formação
Disciplina na graduação “Mudanças climáticas”	Formação
Curso de extensão na UERJ	Formação/ Incidência
Vídeos com lideranças climáticas	Incidência
Website e redes sociais	Incidência
Documento para fund-raising	Incidência
Seminário presencial (2022)	Incidência
Cadernos do OIMC	Formação/Incidência/Pesquisa
Coalizão pró-clima (ACA Brasil)	Incidência
OIMC Carbono Zero: em parceria com a organização PRIMA (pensar em parceria com o desenvolvimento de materiais pedagógicos)	Incidência/Formação

Para o período 2021-2022, o OIMC conta com o financiamento do Instituto Clima e Sociedade. Novos financiamentos devem ser buscados e construídos.

Características básicas da governança do OIMC

A governança do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas responde ao objetivo de ancorá-lo institucionalmente no seio da Uerj. O OIMC apresenta-se como um observatório da Uerj, porém aberto à participação plural de professores, pesquisadores e estudantes de outras universidades, centros de formação e organizações da sociedade civil. A governança do OIMC é fundamentada na existência de três níveis básicos de participação que incidem diferentemente no processo de tomada de decisões, de concepção e de implementação das atividades:

- ◇ **Núcleo estratégico** (NE): constituído somente por professores da Uerj (atualmente Ana Paula Tostes, Carlos R. S. Milani, Elza Neffa, José Maurício Domingues e Mário L. G. Soares), o NE decide sobre a coordenação do OIMC e sua composição, mas também delinea suas estratégias de longo prazo.
- ◇ **Pesquisadores associados:** são professores-doutores da Uerj e de outras universidades vinculados a centros de formação ou organizações da sociedade civil que participam, ativamente, do cotidiano do OIMC. Hoje, são pesquisadores associados: Danielle Costa da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro - Ufrj), Ismael Henrique da Silveira (Universidade Federal da Bahia - Ufba) e Rubens de S. Duarte (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Eceme).
- ◇ **Pesquisadores colaboradores:** são pesquisadores formados (com doutorado ou mestrado) ou em formação no âmbito da

Uerj e de outras universidades, podendo estar cursando doutorado, mestrado ou graduação. Colaboram, pontualmente, em projetos de pesquisa, de formação ou de incidência do Observatório. São sempre convidados por integrantes do NE ou por pesquisadores associados a desenvolverem alguma atividade. Hoje, são pesquisadores colaboradores: Mateus Santos da Silva (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas), Mauricio Santoro (Uerj), Pablo Rezende Saturnino Braga (Fundação Alexandre de Gusmão e Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - Funag/Ibmec), Leonildes Nazar (doutoranda, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - Iesp-Uerj), Patrícia Guimarães (mestranda, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRJ-Uerj), Luisa Harduim (mestranda, Iesp-Uerj), Beatriz Triani (recém graduada, Relações Internacionais - RI-Uerj, bolsista de iniciação científica - IC), Caio Milagres (graduando, RI-Uerj, bolsista IC) e Mariana Dias (graduanda, RI-Uerj, bolsista IC).

O critério de diferenciação entre pesquisadores associados e colaboradores é a intensidade do engajamento junto ao OIMC. Pesquisadores em formação (graduandos/as, mestrandos/as e doutorandos/as) serão sempre pesquisadores colaboradores.

A horizontalidade, o respeito mútuo e a civilidade no diálogo entre seus integrantes são regras de ouro no funcionamento do Observatório. Pesquisadores associados podem vir a ser convidados para integrarem o NE, do mesmo modo que membros ativos do NE podem desejar retirar-se do núcleo e vincular-se como pesquisador associado/colaborador do OIMC.

Referências e bibliografia inicial

- ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ADGER, W. N. Vulnerability. *Global Environmental Change*, n.16, pp. 268-281, 2006.
- CARNEIRO, Eder J. Conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro: associativismo e significados sociopolíticos. *Revista Rio de Janeiro*, n. 16-17, 2005.
- CASTRO, Krishna N. V. de. *Dinâmica socioambiental da Baía de Guanabara: um mapeamento integrado*. Tese de Pós-Doutorado, PPGMA-UERJ, Rio de Janeiro, 2018.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *The human condition in the Anthropocene: Tanner Lectures on Human Values*. New Haven: Yale University, 2015.
- CHERNILO, Daniel. The question of the human in the Anthropocene debate. *European Journal of Social Theory*, vol. 20, pp. 44-60, 2017.
- DEMERITI, David. The construction of global warming and the politics of science. *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 91, pp. 307-37, 2001.
- DRYZEK, J.; NORGAARD, R.; SCHLOSBERG, D. *The Oxford Handbook of Climate Change and Society*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- DUNLAP, R. Climate Change Skepticism and Denial: an Introduction. *American Behavioral Scientist*, vol. 57, n. 6, pp. 691-698, 2013.
- FERREIRA, Leila; BARBI, F.; BARBIERI, M. *Dimensões humanas das mudanças climáticas no Sul Global*. Curitiba/S. Paulo: CRV & Fapesp, 2020.
- HULME, Mike. *Why We Disagree About Climate Change: Understanding Controversy, Inaction, and Opportunity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- IPCC. International Panel on Climate Change. *Global Warming of 1.5°* (Special Report), 2018. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/sr15/>>.
- KEOHANE, R. The Global Politics of Climate Change: Challenge for Political Science. *Political Science and Politics*, vol. 48, pp. 19-26, 2015.
- LAHSEN, M. *Digging Deeper into the Why: Cultural Dimensions of Climate Change Skepticism Among Scientists*. In: Barnes, Jessica; Dove, Michael R. (Orgs.), *Climate Cultures: Anthropological Perspectives on Climate Change*. New Haven: Yale University Press, 2015.
- LATOUR, Bruno. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020
- LENOBLE, Robert. Da noção de “Natureza” do século XIV ao século XVIII. In: *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, pp. 183-200, 1990.
- LITTLE, Paul. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, vol. 12, n. 25, Porto Alegre, 2006.
- MASLIN, Mark. *Climate Change: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- NORGAARD, Kari M. *Living in Denial, Climate Change, Emotions and Everyday Life*. Cambridge (MA.): MIT Press, 2011.
- ORESQUES, Naomi; CONWAY, E. *Merchants of Doubt*. New York: Bloomsbury Pub, 2019.
- OTWAY, H. J.; THOMAS, K. Reflections on Risk Perception and Policy. *Risk Analysis*, 2, pp.69-82, 1982.
- PORTO, Marcelo F. de S. *Uma ecologia política dos riscos*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2012.
- RIBOT, Jesse. Cause and Response: Vulnerability and Climate in the Anthropocene. *Journal of Peasant Studies*, 41, pp. 667-705, 2014.
- SHORT, J. F. Social Dimensions of Risk: The Need for a Sociological Paradigm and Policy Research. *The American Sociologist*, vol. 18, n. 2, pp. 167-172, 1987.
- SHRADER-FRECHETTE, K. Risk Assessment and

Uncertainty. PSA: *Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association*, 2 (Symposia and Invited Papers), pp. 504-517, 1988.

SHUE, Henry. Deadly Delays, Saving Opportunities: Creating a More Dangerous World? In: Gardner, Stephen et al. (org.). *Climate Ethics*. Oxford: Oxford University Press, pp. 146-162, 2010.

VICTOR, David. *Global Warming Gridlock*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

WRIGHT, Christopher; NYBERG, Daniel. *Climate Change, Capitalism and Corporations: Processes of Creative Self-Destruction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015

ZACCAI Edwin; GEMENNE F.; DECROLY, J.-Michel. *Controverses climatiques, sciences et politiques*. Paris: Les Presses de Sciences Po, 2012.

ZHOUIRI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

ZINN, J. O. Recent Developments in Sociology of Risk and Uncertainty. *Historical Social Research*, vol. 31, n. 2, pp. 275-286, 2006.

SOBRE OS AUTORES

Ana Paula Tostes

Senior Fellow do CEBRI - Núcleo EUROPA. Professora Associada do Departamento de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DRI/UERJ), Professora do Programa de Pós-Graduação de Relações Internacionais (PPGRI/UERJ) e Pesquisadora Prociência da FAPERJ. Coordenadora do Laboratório de Ensino e Pesquisa de Relações Internacionais (LabRI-UERJ) e Pesquisadora do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC-IESP). Professora colaboradora do Centro de Excelência Jean Monnet da FGV/Rio.

Carlos R. S. Milani

Doutor pela Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales em 1997, foi pesquisador visitante e professor convidado em Sciences Po Paris (2009 e 2015), UC-Berkeley (2017) e Sciences Po Strasbourg (2019 e 2020). É Professor Associado do IESP-UERJ e, desde janeiro de 2020, vice-diretor do Instituto. Pesquisador do CNPq 1-B, Cientista do Nosso Estado, Senior Fellow do CEBRI e Senior Researcher do UN Office for South-South Cooperation, é também o Coordenador do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO, antenna Rio de Janeiro) e do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC).

Elza Neffa

Doutora em Ciências Sociais - Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Mestre em Filosofia da Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (IESAE/FGV). Pedagoga pelo Centro de Ensino Superior de Valença da Fundação D. André Arcoverde (CESVA/FAA). Pesquisadora e Professora Titular na Faculdade de Educação e na linha Construção Social do Meio Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da UERJ (PPGMA). Membro do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC/UERJ).

José Maurício Domingues

Possui graduação em História pela PUC do Rio de Janeiro (1985), mestrado em Sociologia pelo IUPERJ (1989) e doutorado em Sociologia pela London School of Economics and Political Science, Universidade de Londres (1993), no Reino Unido. É professor dos programas de Sociologia e Ciência Política do IESP-UERJ. É coordenador do NETSAL e membro do OIMC, além de coordenador do GT de Teoria social do CLACSO. Recebeu o Prêmio de Pesquisa Annelise Maier, da Fundação Alexander von Humboldt, em 2018.

Mário Soares

Graduado em Oceanografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Oceanografia pela Universidade de São Paulo. Professor Associado da Faculdade de Oceanografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde coordena o Núcleo de Estudos em Manguezais (NEMA/UERJ). Professor e orientador no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e no Programa de Pós-Graduação em Oceanografia, ambos da UERJ. Colaborador do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Membro do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC). Membro do Comitê Nacional de Zonas Úmidas. Atua ainda como membro dos conselhos de diversas unidades de conservação.

Os Cadernos do OIMC são uma publicação, de fluxo contínuo, do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O Conselho editorial é composto pelos professores Ana Paula Tostes, Carlos R. S. Milani, Elza Neffa, José Maurício Domingues e Mário Soares.

A coordenação da publicação é feita pelo coordenador de plantão do OIMC, atualmente Carlos R. S. Milani.

Como citar este documento?

Diagramação: Mariana Dias

Copydesk: Bebeth Lisovsky

Layout: Rubens de S. Duarte

TOSTES, Ana P.; MILANI, Carlos R. S.; NEFFA, Elza; DOMINGUES, J.M; SOARES, Mário. Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (2021-2022): Pesquisa, Formação e Incidência. Rio de Janeiro: Cadernos do OIMC, 2021.

ISSN: 2764-1120



Observatório
Interdisciplinar
das Mudanças
Climáticas



obsinterclima.eco.br



[/obsinterclima](https://www.facebook.com/obsinterclima)



[@_oimc](https://www.instagram.com/_oimc)



[@oimc4](https://twitter.com/oimc4)

APOIO:



iCS

instituto
CLIMA e SOCIEDADE